

<sup>58</sup> FAORO, Op.cit. p.187

<sup>59</sup> CASSANO, José de Gama. *O novo príncipe ou o espírito dos governos monarchicos*. Rio de Janeiro: 1841. p. 315. O juriconsulto referido, segundo afirma Nuno J. Espinosa Gomes da Silva, é Acúrsio, cuja glosa, na verdade, dizia «*omnia in corpore juris inveniuntur*». (*História do direito português*, 3 ed., Lisboa: Clouste Gulbenkian. p.556.)

<sup>60</sup> MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. In: *Introdução à lingüística*. MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna (Org.). 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. p.13.

<sup>61</sup> *O ruim aqui, e efetivo fator causal do atraso, e do modo de ordenação da sociedade, estruturada contra os interesses da população, desde sempre sangrada para servir a designios alheios e opostos aos seus. Não há, nunca houve, aqui um povo livre, regendo seu destino na busca de sua própria prosperidade* (RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro*. 8 ed. São Paulo: Companhia das Letras. p. 452.)

<sup>62</sup> FAORO, Raymundo. Op.cit. p.251.

<sup>63</sup> ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal.

<sup>64</sup> O arquilexema representa a neutralização de uma oposição de traços semânticos. .... Assim, assento, arquilexema da série pufe, tamborete, cadeira, poltrona, etc (DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de lingüística*. São Paulo: Cultrix, 1978.)

<sup>65</sup> PASSOS, J.J. Calmon de. *Comentários ao código de processo civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1998, vol. III. p.142.

<sup>66</sup> CARVALHO, Castelar. *Para compreender Saussure*. 9 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p.156.

## Juros – Permissões e Proibições à Cobrança por Instituições Financeiras

Luiz Vicente de Medeiros Queiroz Neto\*

### 1 - Introdução

A disciplina dos juros cobrados por instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional tem sido matéria reiteradamente enfrentada nos Tribunais pátrios, a despertar a atenção não só dos que atuam na área jurídica (advogados, juízes, membros do Ministério Público etc.) como também e principalmente dos consumidores.

O assunto assume uma perspectiva ainda mais entusiástica na medida em que em 11 de janeiro de 2003 entrou em vigor o novo Código Civil, o qual trouxe toda uma nova roupagem para os juros.

Buscando ceifar dúvidas acerca dos procedimentos adotados por financeiras na execução dos contratos bancários em tema de juros, o presente trabalho foi dividido em três partes.

Na primeira, partiu-se da definição de juros, analisando sua natureza jurídica e classificação, para estudar quais as taxas passíveis de serem praticadas. Na segunda parte, identificou-se a prática que se conforma às exigências legais atinentes aos juros cobrados, ficando a terceira e última destacada para a apreciação da conduta realizada pelas instituições financeiras que destoam das imposições normativas vigentes para a matéria.

### 2 - Desenvolvimento

#### 2.1 - Conceito, natureza jurídica e classificação de juros

\* Juiz de Direito Substituto do Estado de Pernambuco e pós-graduado pela Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Pontes de Miranda (*Tratado de Direito Privado, Parte Especial*, Tomo XXIV, 3.<sup>a</sup> Edição, Editor Borsoi, RJ, 1971, p. 15) ensina:

Entende-se por juros o que o credor pode exigir pelo fato de ter prestado ou de não ter recebido o que se lhe devia prestar. Numa e noutra espécie, foi privado de valor, que deu, ou de valor, que teria de receber e não recebeu. Os nossos tempos quase só cogitam de interesses ou juros em dinheiro, porém nada obsta a que se estipulem interesses em natura, tratando-se de dívidas de outras coisas fungíveis. Dois elementos conceptuais dos juros são o valor da prestação, feita ou a ser recebida, e o tempo em que permanece. Daí o cálculo percentual ou outro cálculo adequado sobre o valor da dívida, para certo trato de tempo. É o fruto civil do crédito; no plano econômico, renda do capital. ....

Juros, portanto, são os rendimentos do capital emprestado. Ao receber seu crédito, o credor recebe o capital emprestado – principal, acrescido de juros, “.... como se pingasse da quantia devida, sem a diminuir” (Pontes de Miranda, ob. cit. p. 15), embora “No Brasil de hoje, com as taxas praticadas, o pingo se torna maior que o balde após alguns meses de juros capitalizados” (Ruy Rosado de Aguiar, *Os Contratos Bancários e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*, Série Pesquisas do CEJ, 11, DF, 2003, p. 79).

Consistem nos frutos civis do dinheiro, tal qual o aluguel é o fruto civil da coisa locada, se se entender por frutos o que o bem produz e não o que sai da própria coisa. Tal qual fruto os juros integram a classe de coisas acessórias (CC/16, art. 95), disso resultando o seguinte: “a) extinta a obrigação principal, por qualquer meio de direito, como a remissão, a consignação ou a prescrição, não subsiste a de pagar juros; b) não se concebe a obrigação de pagar juros antes de contraída a obrigação principal; c) o reconhecimento por parte do devedor de que deve os juros, que estão correndo, implica no reconhecimento da existência da própria dívida, representada pelo capital, podendo esse reconhecimento servir para interromper a prescrição da ação de cobrança do próprio capital; d) não se podem confundir os juros com as rendas no restrito sentido, de vez que estas podem existir sem um débito principal.” (J. M. Carvalho dos Santos, *Código Civil Brasileiro Interpretado, Direito das Obrigações*, Volume XIV, 9.<sup>a</sup> Edição, Livraria Freitas Bastos S.A., RJ, p. 276).

Ressalte-se que os juros não significam apenas os frutos civis do capital, mas constituem efetivo instrumento de política monetária, utilizados para controlar o nível de atividade econômica e, conseqüentemente, a inflação.

Quanto à destinação, os juros classificam-se em restauratórios, compensatórios ou juros-frutos, como quer Pontes de Miranda (ob. cit. p. 26), e moratórios. Sobre o assunto, pertinente é a doutrina do Min. Ruy Rosado de Aguiar (ob. cit., p. 80):

Os juros restauratórios são os devidos pelo dano emergente e pelo lucro cessante. É o que o mutuante recebe por ser privado do dinheiro. É o caso do que vende o que tem para obter capital e emprestar. Nesse ato, surge para o titular do capital um dano emergente (a perda da disponibilidade do bem imóvel). Se o prédio rendia aluguel, sofre ainda a perda do lucro cessante.

Juros compensatórios, remuneratórios ou lucrativos são os devidos como compensação pela utilização do capital pertencente a outrem. Remunera-o, pois representa o aluguel deste capital. É o que figura no contrato bancário.

Juros moratórios – ou punitivos – correspondem à pena pela morosidade ou tardança no pagamento do principal.<sup>1</sup> Pode não haver juros compensatórios e pactuarem-se moratórios.

Quanto à origem, podem ser legais e convencionais ou estipulados, como os chama Pontes de Miranda (ob. cit. p. 23). Enquanto estes são previstos pelos contraentes no título constitutivo, seja esta manifestação bilateral (contrato) ou unilateral (testamento, legado a termo etc.) de vontade, aqueles são originados da lei, como nas hipóteses previstas nos arts. 406, 591, 677 e 706 do Código Civil.

Por fim, quanto à forma de incidência, os juros são simples, que não produzem juros, e compostos, os que fluem juros. É dizer, aqueles são calculados apenas sobre o principal; estes contam-se sobre o principal acrescido de juros acumuladamente, pois os juros calculados passarão a integrar o capital, de modo a existir incidência de juros sobre juros ou anatocismo.

Pode-se, então, admitir várias combinações: “Juros compensatórios convencionais quando procuram gratificar o capital e são fixados pelas partes; juros compensatórios legais quando procuram gratificar o capital e são fixados por lei; juros moratórios convencionais quando objetivam apenas o inadimplente e são determinados pelas partes e, por fim, os juros moratórios legais, punindo a inadimplência com base na lei.” (Clausens Roberto Cavalcante Viana, *Juros & Usura*, A&C, Associados, CE, 1999, p. 73). Ainda autoriza-se a incidência de juros previstos pelas partes ou pela lei, seja para apenas seja para gratificar, sobre apenas o capital (simples) ou sobre o capital mais juros (compostos).

## 2. 2 - Taxa de juros

Como lembra o imortal Pontes de Miranda, “A estipulação e a percepção de juros não são contra a moral, nem contra o direito natural ou justo; .... todavia, são contra a moral e depõem contra a própria organização social os juros excessivos. .... Se a permissão de juros há de ser a regra, nem por isso há de o Estado permitir os juros extorsivos que levam à exploração do trabalho humano para a ganância dos usurários.” (ob. cit. p. 18).

Pensando nisso, o legislador de 1916 estabeleceu a limitação da taxa em 6% ao ano, tanto para os juros moratórios quanto para os juros compensatórios, a saber:

Art. 1.062. A taxa dos juros moratórios quando não convencionada (art. 1.262), será de 6% (seis por cento) ao ano.

Art. 1.063. Serão também de seis por cento ao ano os juros devidos por força de lei, ou quando as partes os convencionarem sem taxa estipulada.

Posteriormente, a Lei de Usura – Decreto 22.626, de 07/04/33 – estabeleceu o mesmo índice para a taxa legal (6% ao ano) e limitou os juros convencionais a 12% ao ano, nestes termos:

Art. 1º É vedado, e será punido nos termos desta Lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal.

....

§ 3º A taxa de juros deve ser estipulada em escritura pública ou escrito particular, e, não o sendo, entender-se-á que as partes acordaram nos juros de 6% (seis por cento) ao ano, a contar da data da propositura da respectiva ação ou do protesto cambial.

Já o novo Código Civil de 2002, quer para os juros moratórios quer para os compensatórios, inovou, dizendo não poder exceder a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional, *verbis*:

Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados *segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.*” – destacou-se.

Art. 591. Destinando-se o mútuo a fins econômicos, presumem-se devidos juros, os quais, sob pena de redução, *não poderão exceder a taxa a que se refere o art. 406*, permitida a capitalização anual – destacou-se.

Há uma pretensão de equidade, com a finalidade de equiparar as relações entre particulares e destes com a Fazenda Pública, pois, como adverte Nelson Rosenvald (*Direito das Obrigações*, Ímpetus, 2003, p. 236), a taxa de 6% ao ano era acanhada dentro do tráfego jurídico.

Inicialmente, pensou-se se tratar da taxa Selic, a teor do que preconiza o art. 39, § 4º, da Lei 9.250/95: “A partir de 1º de janeiro de 1996, a compensação ou restituição será acrescida de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir da data do pagamento indevido ou a maior até o mês anterior ao da compensação ou restituição e de 1% relativamente ao mês em que estiver sendo efetuada.”

Melhor interpretação do art. 406 do novo Código Civil, entretanto, é a fornecida pelo Enunciado 20 do Centro de Estudos Judiciários – CEJ do Conselho da Justiça Federal– CJF, pelas razões que se indica:

Enunciado 20: A taxa de juros remuneratórios a que se refere o art. 406 é a do art. 161, §1º, do CTN, ou seja, 1% ao mês “§1º - Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de 1% ao mês”. A utilização da Taxa Selic como índice de apuração dos juros legais não é juridicamente segura porque impede o prévio conhecimento dos juros; não é operacional porque seu uso será inviável sempre que se calcularem somente juros ou correção monetária; é incompatível com a regra do art. 591 do novo Código Civil, que permite apenas a capitalização anual de juros, e pode ser incompatível com o art. 192, §3º, da CF, se resultar em juros reais superiores a 12%.

Assim, a taxa dos juros legais; dos moratórios quando não prevista; e a dos convencionais, quando no título constitutivo a taxa não houver sido estipulada, será de 1% ao ano, podendo a vontade das partes elevá-la ao limite máximo de 24% ao ano, sem que se configure conduta

usurária, por se tratar do dobro da taxa legal (art. 1º do Decreto 22.626/33), estando nessa parte revogado o § 3º do art. 1º da Lei de Usura, pela superveniência de lei também geral posterior com ele incompatível (art. 2º, §§ 1º e 2º, da Lei de Introdução do Código Civil).

### 2.3 - Juros praticados por instituições financeiras: permissão

Todavia, as taxas de juros praticados por instituições financeiras podem suplantar até o novo patamar legal.

Isto se dá em vista de a Lei 4.595/65, que tem força de lei complementar (art. 192, *caput*, da CF), ter outorgado ao Conselho Monetário Nacional–CMN no art. 4º, IX, a atribuição para “limitar, sempre que necessário, as taxas de juros, descontos, comissões e qualquer outra forma de remuneração de operações e serviços bancários ou financeiros, inclusive os prestados pelo Banco Central do Brasil ....”, o que resultou na derrogação do art. 1º da Lei de Usura (Decreto 22.626/33), em relação às instituições financeiras, segundo o qual “é vedado, e será punido nos termos desta Lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal”.

Desse modo, as instituições financeiras<sup>2</sup>, como tais autorizadas pelo Banco Central do Brasil (art. 10, X, da Lei 4.595/64) a operar no sistema financeiro nacional – o que dispensa uma autorização expressa para utilizar esse ou aquele percentual de juros, pois não há previsão legal nesse sentido –, podem se valer de taxas superiores a 12% ao ano e, agora, 24% ao ano. Nesse sentido, pontificou o Supremo Tribunal Federal–STF: “Súmula 596. As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integrem o sistema financeiro nacional”.

Toda a discussão acerca da limitação dos juros adveio a partir da Constituição Federal de 1988 com a previsão do § 3º do art. 192: “As taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referidas à concessão de crédito, não poderão ser superiores a doze por cento ao ano; a cobrança acima deste limite será conceituada como crime de usura, punido, em todas as suas modalidades, nos termos que a lei determinar”.

Sucedendo que o STF, intérprete mor do texto constitucional, decidiu pela não auto-aplicabilidade dessa norma ao julgar a ADIn 4/DF, em 25/06/93, por depender de legislação complementar que o integrasse.

A despeito desse julgamento, muitos dos órgãos judiciários aplicaram a limitação dos juros sob o fundamento de que “... a ADIn supra-referida não tem caráter vinculativo. No caso, foi ela julgada improcedente e apenas faria coisa julgada material, vinculando as autoridades aplicadoras da lei, caso julgada procedente, declarando a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo. O julgamento em questão declarou que não são inconstitucionais os atos normativos aprovados pela Presidência da República e circular do Banco Central, considerando não auto-aplicável a norma do § 3º sobre juros reais de 12% ao ano.” (*Eficácia da Limitação Constitucional dos Juros Reais*, Desembargador Carlos Prudêncio, TJSC, Direito Bancário *On-Line*,

*Data venia*, o entendimento do STF acerca da eficácia do art. 192, § 3º, da CF tem sim efeito *erga omnes*. É que a ação direta de inconstitucionalidade – ADIn, à semelhança da ação declaratória de constitucionalidade-ADC, possui natureza dúplice. Com propriedade, pontifica Clèmerson Merlin Clève (*A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*, 2ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, SP, 2000):

A decisão do Supremo Tribunal Federal produz coisa julgada oponível *erga omnes*, estendendo seus efeitos para além das partes (no sentido formal) residentes na relação processual objetiva; por isso é desnecessária a comunicação ao Senado Federal para os fins do art. 532, X, da Lei Fundamental da República. Em face da coisa julgada (oponível *erga omnes*) que a ela adere, a decisão de rejeição ou de pronúncia da inconstitucionalidade deve ser respeitada pelo próprio Supremo Tribunal Federal e pelos demais órgãos integrantes do Judiciário. p. 240.

Na ação direta de inconstitucionalidade, como afirmado, a decisão definitiva de mérito (com qualidade de coisa julgada oponível *erga omnes*) pode reconhecer (e, portanto, declarar) tanto a conformidade como a desconformidade do ato impugnado diante da Constituição. Assim também ocorre com a ação declaratória de constitucionalidade. Julgada procedente, a manifestação judicial implicará a declaração da constitucionalidade do ato normativo. Da rejeição, todavia, pelo voto da maioria absoluta dos membros do Supremo, deriva a declaração a inconstitucionalidade da normativa-objeto. A decisão da Excelsa Corte, observado o *quorum* e tomada pelo voto da maioria absoluta de seus membros, alcança a qualidade de coisa julgada, produzindo efeitos *erga omnes* e, em princípio, *ex tunc*. A decisão, aqui, assim como na ação de inconstitucionalidade, é declaratória de um estado preexistente. p. 305.

Contudo, não é mais passível de questionamento a eficácia imediata do art. 192, § 3º da CF, pois referida regra saiu do ordenamento jurídico brasileiro pela sua revogação advinda da recente Emenda Constitucional 40, de 29/05/03. Agora, consta do art. 192 da CF:

Art. 192. O sistema financeiro nacional, estruturado de forma a promover o desenvolvimento do País e a servir aos interesses da coletividade, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares que disporão, inclusive, sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram.

§ 1º Revogado.

§ 2º Revogado.

§ 3º Revogado.

Sendo assim, há autorização infraconstitucional para a prática de juros excedentes do patamar legal que não é vedada por qualquer norma constitucional.

Mesmo antes de revogada a disciplina constitucional, precedentes do Superior Tribunal de Justiça pacificavam a tese da cobrança de juros acima dos então 12%, como informa o Ministro Ruy Rosado de Aguiar:



.... o limite legal não se aplica ao mútuo bancário em geral (Súmula 596/STF; REsp 187.717/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito); no *leasing*, não se aplica a limitação de 12% (REsp 172.432/RS, Rel. Min. César Asfor Rocha); podem ser cobrados nos limites do CMN (REsp. 181.931/RS, de minha relatoria) (ob. cit. p. 86).

Em recente pronunciamento, aliás, a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça – STJ acolheu a tese de que as instituições financeiras estão livres para adotar taxa de juros, contanto que estas não superem a taxa de mercado para a operação.

A notícia, extraída do *site* do Superior Tribunal de Justiça ([www.stj.gov.br](http://www.stj.gov.br)) em 17/03/03, referiu-se ao julgamento do REsp 404.097 afetado à deliberação da 2.ª Seção por determinação da 3ª Turma. No que interessa, consta:

As questões definidas pela Seção passaram, primeiramente, pela discussão acerca da possibilidade de aplicação do CDC em matérias envolvendo o sistema financeiro. “A equidade é a pedra angular do sistema protetivo inaugurado pelo CDC”, acredita o Ministro Antônio de Pádua Ribeiro. “Não existem razões para que as instituições financeiras fiquem à margem de tal sistema”, acrescentou.

A Seção considerou ser possível a deliberação dos juros, conforme pactuado. Mas ressaltou. “Evidentemente, pode-se, em casos concretos, reconhecer a existência de juros abusivos”, afirmou o Ministro Ari Pargendler. E exemplifica. “Se a taxa média de mercado, numa determinada operação bancária, é de 10% ao mês, e o banco contrata uma taxa de 20%, sem que o mutuário represente uma taxa adicional de risco ou tenha outra particularidade que onere o contrato, então é abusivo”, concluiu. – Rosângela Maria de Oliveira (61) 319-6394.

O Ministro Ruy Rosado de Aguiar, em tom de irresignabilidade, resume a posição atual do STJ acerca da matéria:

Com esses dois julgamentos, a Seção de Direito Privado do STJ liberou a cobrança em juízo das taxas de juros remuneratórios, durante a vigência do contrato, e da comissão de permanência, após a inadimplência, que podem ser exigidas de acordo com as taxas praticadas no mercado, no limite do contrato, só permitida a revisão judicial no caso de o devedor demonstrar que o banco cobrou juros menores em situação similar.

Atendendo a essas decisões, em julgamento posterior, no REsp 466.979/RS, assim me manifestei: “O entendimento que hoje predomina na 2ª Seção é francamente favorável à cobrança dos juros de acordo com os índices fixados pelos bancos, sem outro limite senão a taxa média de mercado e que o banco está cobrando dele mais do que cobra de outro, em situação similar. Como dificilmente ocorrerá tal hipótese (e, caso ocorra, implica indevida transferência ao mutuário da carga da prova do abuso, a ser feita possivelmente em perícia de difícil e onerosa realização), o resultado prático daquele julgamento é a liberação dos juros, sejam remuneratórios, sejam moratórios, sem nenhum controle efetivo. Controle administrativo não existe, pois não se conhece limite imposto pela autoridade administrativa, e o controle judicial fica agora condicionado a uma prova irrealizável ou de difícil realização. (ob. cit. p. 91).

Na verdade, o que se assimila do decidido pela 2ª Seção, *data venia* a relevante preocupação do Ministro Ruy Rosado de Aguiar, é que a configuração da abusividade dos juros será demonstrada pela listagem das taxas cobradas pelos bancos para a operação sob julgamento – prova fácil de ser obtida. Ademais, considerando aplicável o Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, o juiz pode determinar a inversão do ônus da prova, por constituir direito básico do consumidor “a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando a critério do juiz, for verossímil a alegação, ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência” (art. 6º, VIII). Assim, é o mercado que vai estabelecer a taxa cobrada para as operações bancárias, não podendo o juiz se imiscuir nesse mister.

Em se tratando de financiamentos mediante cédulas de crédito, todavia, mantém-se a incidência dos juros legais limitados a 1% ao ano diante do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei 413/69, consoante julgados reiterados no sentido da ementa assim plasmada:

O art. 5º, do Decreto-Lei 413/69, posterior à Lei 4.595/64 e específico para as cédulas de crédito industrial, confere ao Conselho Monetário Nacional o dever de fixar os juros a serem aplicados. Ante a eventual omissão desse órgão governamental, incide a limitação de 12% ao ano prevista na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), não alcançando a cédula de crédito industrial o entendimento jurisprudencial previsto consolidado na Súmula 596 – STF.

Este egrégio Tribunal fixou o entendimento de que cláusula acerca de inadimplemento de nota de crédito deve observar o Decreto-Lei 413/69, que prevê a incidência de juros moratórios à taxa de 1% a.a (art. 5º, parágrafo único), sendo ilegal a previsão de aplicação de qualquer outra taxa, comissão de permanência ou encargo, tendente a burlar o referido diploma legal. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido”. (REsp 207.231/MG, Rel. Min. César Asfor Rocha, DJ 25/10/99).

### 2.3.1 - Juros praticados por instituições financeiras: proibição

O anatocismo ou capitalização de juros, como dito, é a incidência de juros sobre juros, vedada quando em periodicidade inferior a um ano, a teor do art. 4º do Decreto 22.626/33 (“É proibido contar juros dos juros, esta proibição não compreende a acumulação de juros vencidos aos saldos líquidos em conta corrente ano a ano”) e confirmada pela Súmula 121 do STF: “é vedada a capitalização de juros ainda que expressamente convencionada”.

Assim, no regime do CC/16 e da Lei de Usura, não se permitia capitalização de juros, mesmo em favor de instituições financeiras, em períodos inferiores a um ano (semestral, mensal). *A contrario sensu*, em relação a capitalizações anuais sempre se permitiu.

Somente a lei, não o contrato, pode estabelecer exceções, como o fez, por exemplo, com os títulos de crédito industrial (Decreto-Lei 413/69), rural (Decreto-Lei 167/67) e comercial (Lei 6.840/80), que autorizam a capitalização semestral, trimestral ou mensal, desde que pactuada. Sobre o assunto, sumulou o STJ (93): “A legislação sobre cédulas de crédito rural, comercial e industrial admite o pacto de capitalização de juros”.

O Código Civil de 2002 admite a capitalização anual de juros nos contratos de mútuo de



fins econômicos (art. 591 do CC).

Para os contratos de financiamento em geral, como os de abertura de crédito, não se defere a capitalização, por incidir o disposto na Súmula 121/STF, uma vez que a lei ordinária não permite a capitalização para tais casos.

Precedentes sobre capitalização: “só é permitida nos casos previstos em legislação especial, e quando pactuada (Resp’s 79.214/RS, 174.849/RS); não cabe no contrato de abertura de crédito (Resp 187.717/RS, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito); não cabe no contrato de *leasing* (Resp’s 213.850/RS, 234.437/RS e 198.293/RS); no cheque especial (REsp 172.248/RS); no de alienação fiduciária (REsp 196.328/PR); a capitalização em período inferior a seis meses depende de autorização do CMN” (REsp 186.613/RS) (Ruy Rosado de Aguiar, ob. cit., item 8.7).

É certo que a Medida Provisória 2.170-36, de 23/08/01, possibilitou a capitalização, dizendo no art. 5º: “nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano”.

Ocorre que o Min. Sydney Sanches relator da ADInMC 2.316/DF (Informativo 262/STF) deferiu liminar “por aparente falta do requisito de urgência, objetivamente considerada, para a edição de medida provisória e pela ocorrência do *periculum in mora* inverso, sobretudo com a vigência indefinida da referida MP desde o advento da EC 33/01, com a possível demora do julgamento do mérito da ação”. Embora pendente de julgamento a referida ação direta, em face do pedido de vista do Min. Carlos Velloso, subsistem os fundamentos deduzidos pelo Sr. Min. Relator para afastar a aplicação do referido diploma legal.

### 3 - Conclusão

1. Juros são o rendimento do capital emprestado, razão por que têm natureza jurídica de coisa acessória, passíveis de serem classificados a partir de três critérios básicos: destinação (restauratórios, remuneratórios e moratórios), origem (legais e contratuais), forma de incidência (simples e compostos).

2. Em que pese o Código Civil de 1916 prever a taxa de juros legais em 6% ao ano, a qual restou mantida pela Lei de Usura (Decreto 22.626/33), a taxa vigente a partir do novo Código Civil de 2002 é a cobrada pela Fazenda Nacional (art. 406) que deve ser a prevista no art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional (1% ao mês) e não no art. 39, § 4º, da Lei 9.250/95 (Selic), ficando derogada a 2ª parte do art. 1º, § 3º, da Lei de Usura.

3. O art. 1º, *caput*, da Lei da Usura admite a cobrança de juros em taxa que corresponda ao dobro da legal, quando assim prevista, o que possibilita a cobrança em até 24% ao ano.

4. As instituições financeiras não se sujeitam à disciplina do Decreto 22.626/33 (Súmula 596 do STF) mas sim à do Conselho Monetário Nacional, que é o órgão incumbido de estabelecer as taxas de juros (art. 4º, IX, da Lei 4.595/64), de modo que podem ser fixadas além do

patamar de 24%, sem que se possa falar em ofensa à Constituição Federal à vista da revogação do art. 192, § 3º, pela Emenda Constitucional 40/03.

5. A 2ª Seção do STJ recentemente acolheu a tese de que as instituições financeiras estão livres para adotar taxa de juros, contanto que estas não superem a taxa de mercado para a operação (REsp 404.097).

6. Em se tratando de financiamentos vinculados à emissão de cédulas de crédito, todavia, mantém-se a incidência dos juros legais limitados a 1% ao ano diante do parágrafo único do art. 5º do Decreto-Lei 413/69, que é posterior à Lei 4.595/64.

7. Proíbe-se, em regra, a cobrança de juros sobre juros com periodicidade inferior a um ano, sendo esta possível havendo lei que a autorize e expressa autorização nesse sentido no negócio jurídico, não servindo o art. 5º da Medida Provisória 2.170-36 como lei permissiva da cobrança, haja vista a declaração de inconstitucionalidade em sede liminar havida contra ela.

---

#### Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ruy Rosado de. *Os Contratos Bancários e a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*, Série Pesquisas do CEJ, 11, DF, 2003.

CLÈVE, Clèmerson Merlin. *A Fiscalização Abstrata da Constitucionalidade no Direito Brasileiro*, 2.ª Edição, Editora Revista dos Tribunais, SP, 2000.

MIRANDA, Francisco Pontes de. *Tratado de Direito Privado, Parte Especial*, Tomo XXIV, 3.ª Edição, Editor Borsoi, RJ: 1971.

PRUDÊNCIO, Carlos. *Eficácia da Limitação Constitucional dos Juros Reais*, Direito Bancário On-Line, [www.direitobancario.com.br](http://www.direitobancario.com.br).

ROSENVALD, Nélson. *Direitos das Obrigações*. 2ª Edição, Impetus, RJ, 2003.

SANTOS, J. M. Carvalho dos. *Código Civil Brasileiro Interpretado, Direito das Obrigações*, Volume XIV, 9.ª Edição, Livraria Freitas Bastos S.A., RJ.

VIANA, Clausens Roberto Cavalcante. *Juros & Usura*, A&C, Associados, CE, 1999.

---

#### Notas:

<sup>1</sup> Os juros moratórios ou punitivos são os devidos pelo retardamento na restituição do capital emprestado ou descumprimento da obrigação assumida. Com efeito, o art. 395 do novo Código Civil dispõe que "Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais *juros*, atualização dos valores monetários segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado", correspondente ao art. 956 do Código Civil de 1916.

<sup>2</sup> As administradoras de cartão de crédito são consideradas instituições financeiras para fins da Lei do Sigilo Bancário (art. 1º, §1º, VI, da LC 105/01), muito embora ainda não haja pacificidade sobre a matéria, seja do ponto de vista técnico, porque o Banco Central não as fiscaliza, seja do ponto de vista jurídico, porque a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça está para julgá-la, havendo tão-somente um acórdão que assim reconheceu (REsp 202.373, Rel. Min. Barros Monteiro).

---